

Conseqüências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira

Ricardo Barros (Ipea)
Mirela de Carvalho (Ipea)
Samuel Franco (Ipea)
Rosane Mendonça (UFF)

1. INTRODUÇÃO

A boa notícia é que a desigualdade de renda brasileira caiu. Desde 2001 esse fenômeno vem ocorrendo. Até 2004 o coeficiente de Gini já havia se reduzido em 4%.

Apesar de extremamente importante, procuraremos demonstrar neste estudo que a queda na desigualdade de renda brasileira ocorrida entre 2001 e 2004 não foi a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos. Ao longo desse período houve dois momentos em que a desigualdade de renda caiu mais do que recentemente, sendo que em um deles a queda se estendeu por cinco anos.

Conforme veremos, existem evidências de que a desigualdade de renda continuou caindo ao longo de 2005 e a expectativa é que possamos ter pela frente uma quebra de recorde em termos de redução na desigualdade.

Vale lembrar que sempre que ocorrem reduções no grau de desigualdade de renda, a renda média dos pobres aumenta proporcionalmente mais que a dos ricos. Dessa forma, apesar da queda recente na desigualdade não ter sido a maior ou a mais prolongada dos últimos 30 anos, ela foi suficiente para que os mais pobres percebam um nível de desenvolvimento no país e aquecimento da economia que outros grupos de renda não estão percebendo. Conforme buscaremos argumentar no estudo, o crescimento na renda média dos pobres foi extremamente elevado, chegando a superar o crescimento na renda per capita da grande maioria dos países.

Evidentemente, o aumento acelerado na renda média dos mais pobres reduz a pobreza. A queda na pobreza, por sua vez, é o resultado do

crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos, e das reduções no grau de desigualdade, as quais elevam a renda dos pobres e reduzem a dos ricos. Nas últimas décadas, sempre que se observou queda na pobreza brasileira, esse foi o resultado do crescimento econômico. Em isolado, sem a ajuda das reduções de desigualdade, pode ser muito pouco efetivo. Procuraremos demonstrar que, contando apenas com crescimento econômico, o tempo requerido para acabar com a pobreza é demasiadamente longo. Pequenas reduções na desigualdade têm o mesmo impacto sobre a pobreza que consideráveis taxas de crescimento econômico.

Resta saber se a queda recente na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004 é sustentável. Para isso, precisamos investigar seus determinantes imediatos. Com base numa série de simulações contrafactuais, identificamos e quantificamos a contribuição da demografia, da melhoria nas redes de proteção social do país e de mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. Nesse último caso, isolamos a contribuição das transformações na disponibilidade e qualidade dos postos de trabalho daquelas relacionadas à melhoria na qualificação da força de trabalho. Atenção é dispensada também às mudanças ocorridas nas associações e interações entre esses fatores.

Aprender sobre o que causou a queda recente entre 2001 e 2004 pode ser extremamente útil para desenhar intervenções futuras. Afinal, na medida em que existir margem para que os fatores determinantes da queda na desigualdade no passado continuem sendo modificados, eles poderão continuar gerando impacto. Além disso, esse tipo de análise revela fatores que estão estagnados e cuja transformação poderia estar sendo promovida em prol de reduções ainda maiores no grau de desigualdade de renda.

Para dar conta de descrever o fenômeno analisado, identificar suas principais conseqüências e causas imediatas, estruturamos o estudo em mais seis seções além desta introdução. A Seção 2 busca descrever os acontecimentos recentes na distribuição de renda e contextualizá-los no cenário dos últimos 30 anos. Em seguida, passamos à análise das conseqüências da queda na desigualdade. Os principais resultados de interesse nessa seção são: a renda média dos pobres, a pobreza e a extrema pobreza. Na Seção 4, apresentamos o arcabouço teórico que norteia a investigação das causas da queda recente na desigualdade de renda e a metodologia utilizada para isolar e quantificar a contribuição de cada determinante. Na Seção 5, os resultados são apresentados e interpretados.

Por fim, a Seção 6 resume os principais achados e apresenta algumas recomendações de políticas que se pode extrair a partir da investigação.

Ao longo de todo o trabalho, a desigualdade de renda investigada é sempre a associada à distribuição de pessoas, segundo a renda domiciliar per capita. As informações utilizadas são as da PNAD, do IBGE. Também se utiliza brevemente na Seção 2, informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Como as PNADs até o ano de 2003 não incluíam a área rural da Região Norte, essa área foi excluída da pesquisa de 2004 para efeito de comparabilidade com as anteriores.

2. A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE

Estimativas da desigualdade de renda no Brasil mostram um declínio acentuado desde 2001. A disponibilidade de informações sobre a desigualdade de renda no país para os últimos 30 anos permite que analisemos não só a magnitude da queda recente observada, mas também em que medida essa redução na desigualdade foi a mais persistente nesse período.

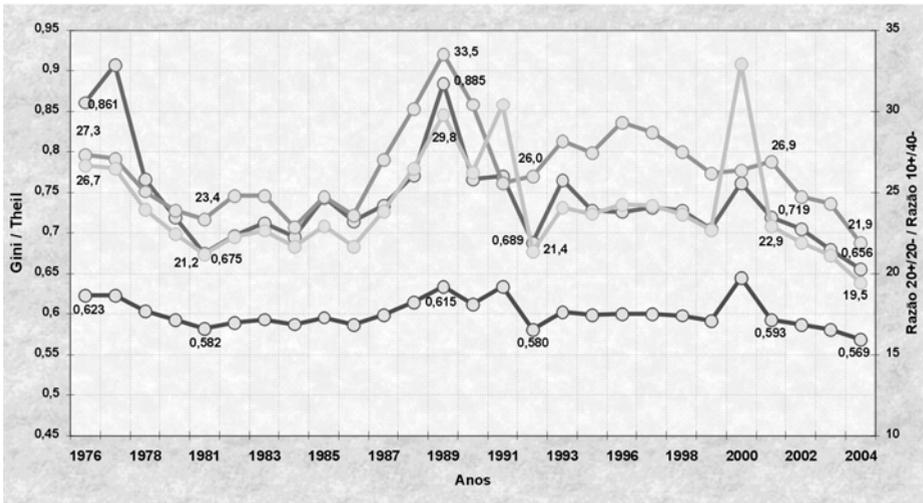
2.1. O GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA ATUAL

Ao menos quatro das principais medidas de desigualdade concordam que, apesar das flutuações, o nível atual da desigualdade de renda no Brasil é hoje o menor dos últimos 30 anos¹ (veja Gráfico 1).

No entanto, observar apenas essas quatro medidas não é suficiente para assegurar que a desigualdade em 2004 é definitivamente a mais baixa do período. Para saber inequivocamente se hoje ela é a menor, é preciso comparar a curva de Lorenz dos diversos anos. O Gráfico 2a indica que, apesar da curva para o ano de 2004 assemelhar-se a um “envelope” das curvas para os demais anos, observamos que há vários cruzamentos.

No entanto, todos esses cruzamentos ocorrem até cerca do vigésimo centil da distribuição, conforme podemos visualizar melhor no Gráfico 2b, o que significa que medidas de desigualdade que não sejam extremamente sensíveis à cauda inferior da distribuição mostrarão, como no caso das quatro medidas apresentadas no Gráfico 1, a desigualdade em 2004 como sendo a menor desde 1976.

¹ As medidas de desigualdade utilizadas foram: coeficiente de Gini, índice de Theil-T, razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres e razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 1. Evolução temporal da desigualdade de renda familiar per capita no Brasil – (1976-2004)

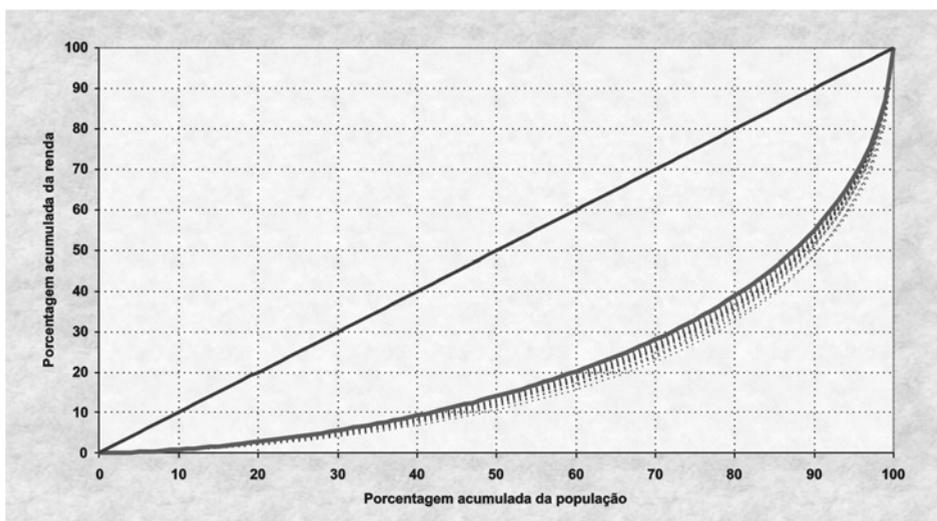
2.2. DECLÍNIO ACENTUADO E PROLONGADO DA DESIGUALDADE

Recentemente, entre 2001 e 2004, há uma forte redução na desigualdade de renda no país. Essa queda na desigualdade recente, entretanto, não foi a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos. Podemos observar três grandes reduções na desigualdade de renda ao longo desses anos. A primeira ocorreu no quinquênio 1976-81, quando o coeficiente de Gini declinou em quase 7% e o índice de Theil-T, em 22%. A segunda queda importante na desigualdade ocorreu no triênio 1989-92, quando o coeficiente de Gini se reduziu 8% e o índice de Theil-T, 22%. Essas duas quedas foram maiores e pelo menos tão prolongadas quanto à ocorrida no triênio 2001-04, quando o coeficiente de Gini caiu 4% e o índice de Theil-T, 9%.

2.3. SUSTENTABILIDADE DO DECLÍNIO ATUAL

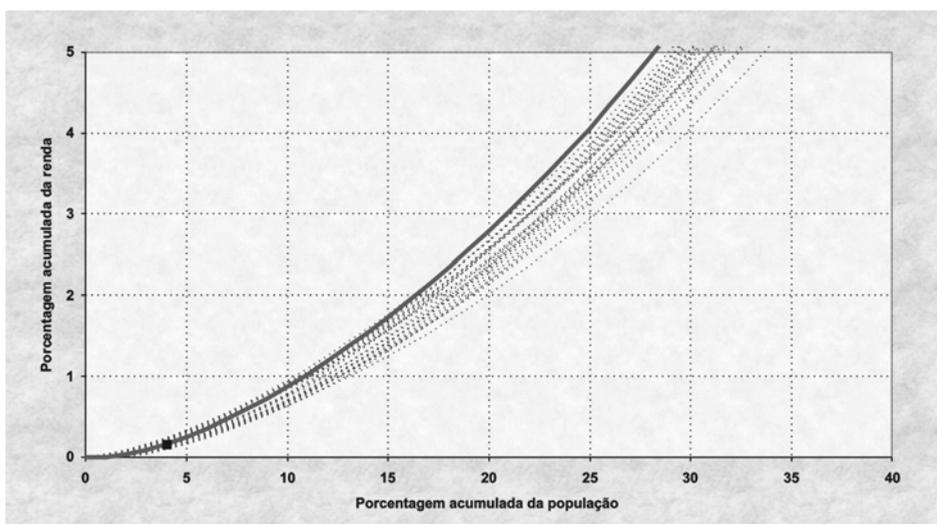
De forma a examinar o comportamento ainda mais recente da desigualdade de renda, utilizamos as informações da PME. Apesar da pesquisa cobrir apenas as seis principais Regiões Metropolitanas do país² e

² As Regiões Metropolitanas consideradas são Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 2a. Curvas de Lorenz (1976-2004)

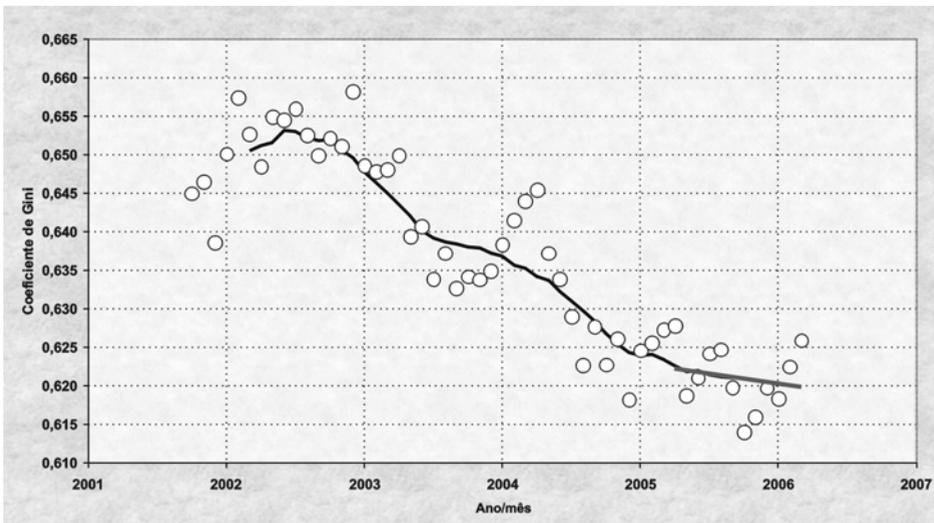


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 2b. Curvas de Lorenz (1976-2004) - 40 primeiros centésimos

da noção de renda que se pode extrair dela se limitar aos rendimentos do trabalho, com essa PME temos informações até março de 2006, o que nos permite verificar se a redução na desigualdade identificada com informações da PNAD continuou ao longo de 2005. O Gráfico 3 apresenta a evolução recente da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, com base na PME. Conforme esse gráfico mostra, a queda na desigualdade certamente continuou durante o primeiro semestre de 2005, embora isso já não seja tão evidente para os últimos meses do ano.

Portanto, há evidências de que a queda na desigualdade verificada para o período 2001-04 deve ter se estendido para além desse triênio.



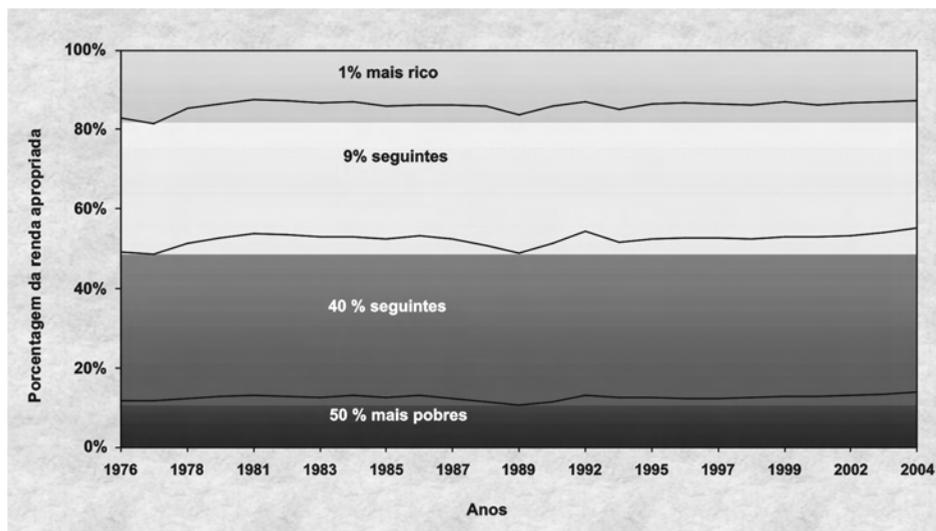
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 3. Evolução da desigualdade de renda do trabalho per capita Brasil metropolitano (2001-2006)

2.4. APESAR DA QUEDA RECENTE A DESIGUALDADE PERMANECE ELEVADA

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece ainda bastante elevada. Como mostra o Gráfico 4, a fatia da renda total apropriada pelo 1% mais rico da população é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se

apropriam de mais de 40% da renda, enquanto que os 4% mais pobres se apropriam de menos de 10% da renda.

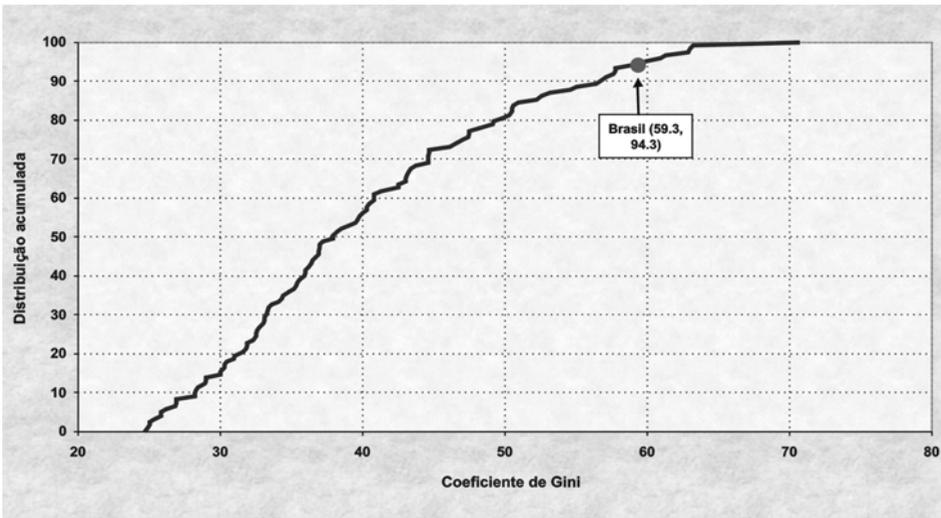


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Gráfico 4. Evolução da renda apropriada pelos centésimos da distribuição brasileira

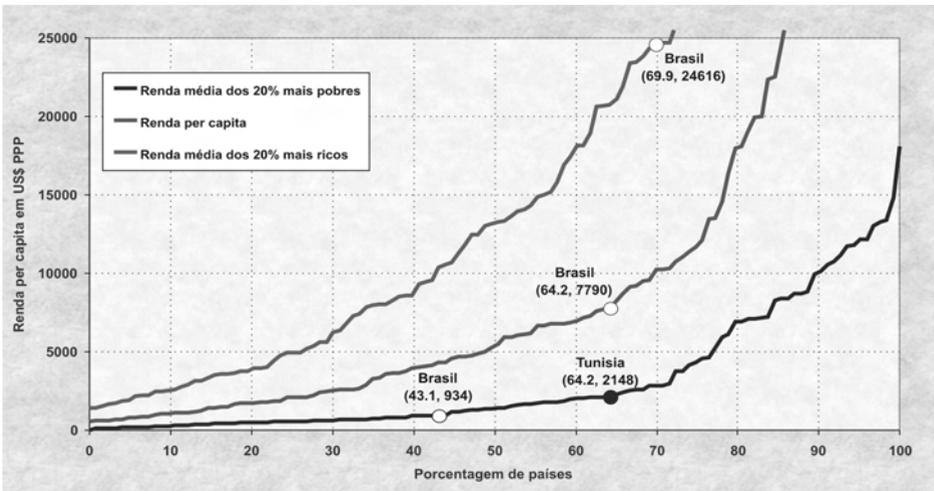
No cenário internacional, o país continua ocupando uma posição de destaque, caracterizando-se como detentor de um dos mais elevados graus de desigualdade no mundo. Dentre os 124 países no mundo para os quais existem informações disponíveis sobre o grau de desigualdade na distribuição de renda, quase 95% desses apresentam uma desigualdade menor que a do Brasil (veja Gráfico 5).

Uma forma alternativa de verificar que o nível da desigualdade no país ainda é muito elevado é comparar a distribuição de países no mundo segundo a renda per capita com a distribuição desses países segundo a renda média dos 20% mais pobres (ver Gráfico 6). Esse gráfico revela que enquanto 64% dos países têm renda per capita inferior à brasileira, somente 43% têm renda média dos 20% mais pobres menor que a brasileira.



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2005) PNUD.
Nota: Estão sendo considerados 124 países para os quais existem a informação.

Gráfico 5. Distribuição acumulada dos países no mundo segundo o grau de desigualdade



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2005) PNUD.
Nota: Estão sendo considerados 124 países para os quais existem a informação.

Gráfico 6. Distribuição dos países no mundo segundo a renda per capita, a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres

Para que o Brasil passasse a ocupar na distribuição de países, segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que tem na distribuição dos países segundo a renda per capita, a proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria dobrar. Entre 2001 e 2004, essa proporção cresceu cerca de 4% ao ano. Assim, caso essa velocidade fosse mantida, seriam necessários cerca de 25 anos para que a posição internacional do Brasil com relação à renda dos 20% mais pobres se alinhe com sua posição relativa à renda per capita.

3. A IMPORTÂNCIA DA QUEDA RECENTE NA DESIGUALDADE SOBRE A POBREZA

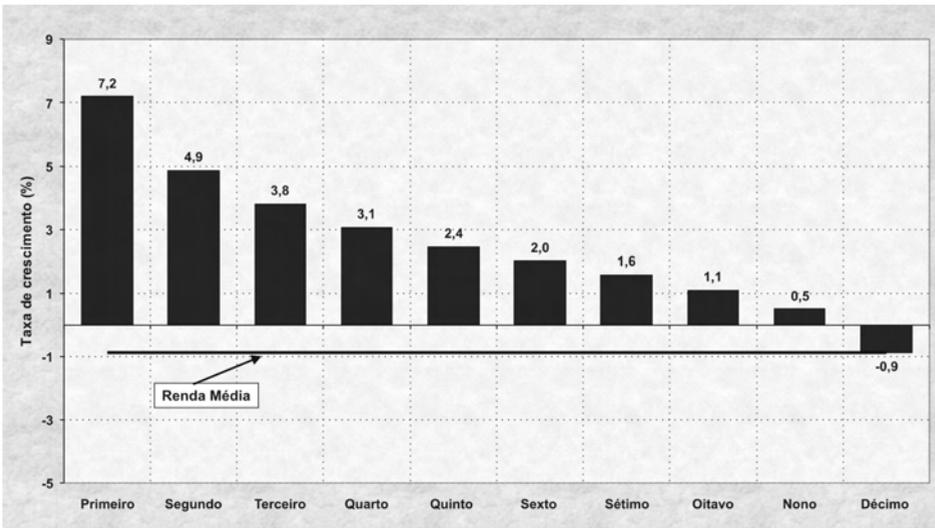
Reduções na pobreza de um país ocorrem quando a renda dos mais pobres aumenta. O aumento na renda dos mais pobres, por sua vez, pode resultar tanto do crescimento econômico como de reduções no grau de desigualdade.

Nesta seção mostramos a importância da queda recente na desigualdade para o crescimento da renda dos mais pobres e, conseqüentemente, para a redução da pobreza e da extrema pobreza no país. As estimativas aqui analisadas estarão focando apenas o período 2001-2004.

3.1. IMPACTO SOBRE A RENDA DOS MAIS POBRES

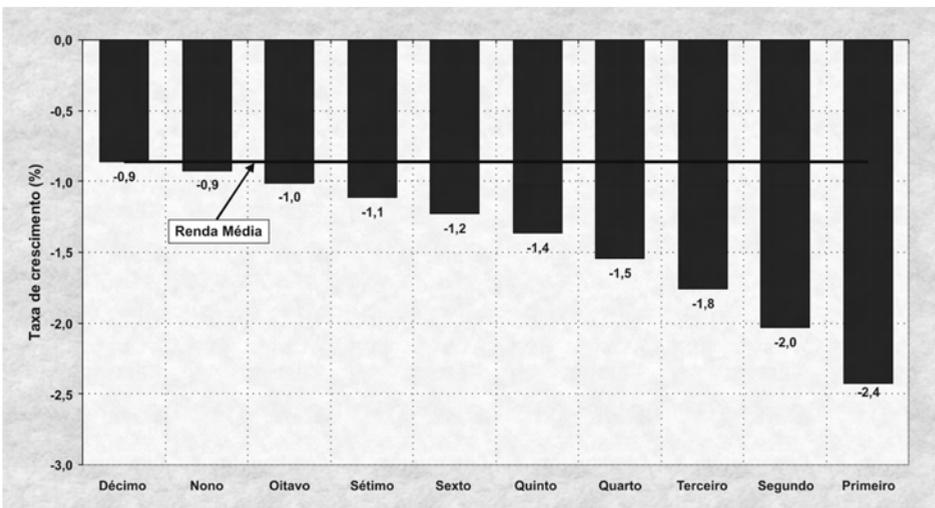
Uma redução na desigualdade significa que os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade. Analisando a curva de Lorenz, uma redução na desigualdade significa um deslocamento dessa curva na direção da reta de perfeita igualdade. Isto ocorre se a renda média dos mais pobres crescer mais do que a renda média total.

Os Gráficos 7a-b apresentam a taxa de crescimento anual da renda média para os décimos mais pobres e mais ricos da distribuição entre 2001 e 2004. As estimativas apresentadas mostram um crescimento de cerca de 7% ao ano na renda média dos 10% mais pobres, apesar da renda per capita brasileira ter declinado 0,8% ao ano. Se tomarmos a renda média dos 50% mais pobres, essa cresceu 2,4% ao ano, ao passo que a renda média dos 50% mais ricos caiu 1,4% ao ano. O resultado final sobre a desigualdade foi, conforme já discutido, uma redução no coeficiente de Gini de 4%.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004.

Gráfico 7a. Taxa de crescimento anual da renda per capita dos décimos mais pobres entre 2001 e 2004



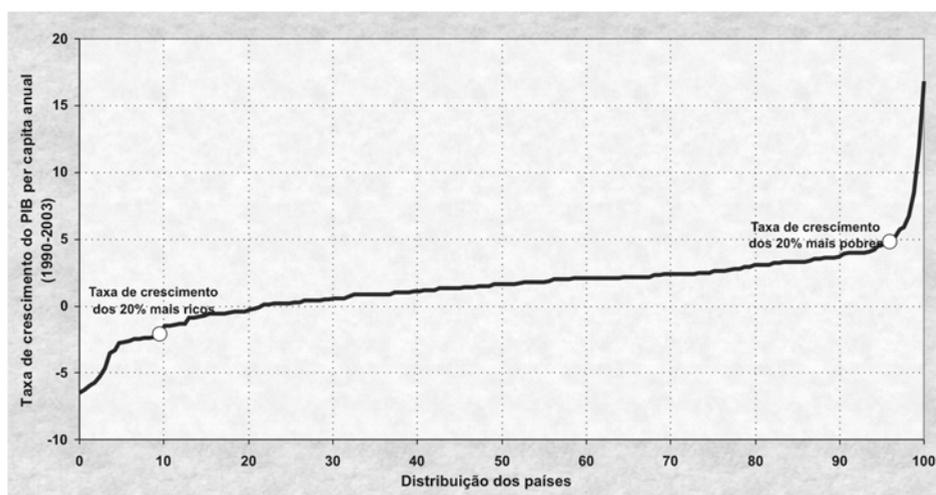
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004.

Gráfico 7b. Taxa de crescimento anual na renda per capita dos décimos mais ricos entre 2001 e 2004

Em suma, os resultados apresentados mostram que quando há reduções na desigualdade, a renda dos mais pobres pode crescer mesmo na ausência de crescimento econômico.

3.2. PERCEPÇÃO DOS MAIS POBRES E DOS MAIS RICOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O Gráfico 8 apresenta a distribuição da taxa de crescimento do PIB per capita anual entre os anos de 1990 e 2003, para 170 países no mundo. Neste gráfico estão marcadas as taxas anuais de crescimento da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos no Brasil entre 2001 e 2004. Mais de 90% dos países no mundo apresentaram uma taxa anual de crescimento da renda per capita menor do que a observada para os 20% mais pobres brasileiros. Portanto, a percepção dos mais pobres é de estar vivendo em um país de alto nível de crescimento econômico. Por outro lado, apenas 10% dos países apresentam uma taxa anual de crescimento menor do que a observada para os 20% mais ricos brasileiros e, portanto, esse grupo tem a percepção de viver em um país que enfrenta uma grave crise.



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2005) PNUD.

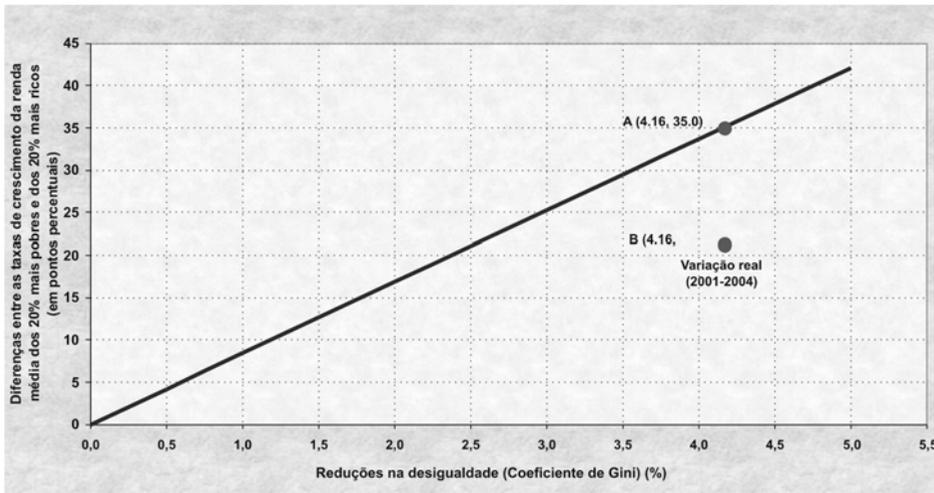
Os valores das taxas de crescimento foram produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004.

Nota: Estão sendo considerados 170 países para os quais existem a informação.

Gráfico 8. Distribuição da taxa de crescimento do PIB per capita anual entre os anos de 1990 e 2003 segundo os países no mundo

O Gráfico 9 mostra para cada redução no coeficiente de Gini quanto seria a diferença entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, em termos da taxa de crescimento da renda média, utilizando a distribuição de 2001 como ponto de partida. Essas reduções no coeficiente de Gini pressupõem mudanças proporcionais³ na curva de Lorenz. Assim, o ponto A nesse gráfico mostra que uma redução no coeficiente de Gini de 4,2% levaria a que a taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres fosse 34 pontos percentuais superior a dos 20% mais ricos.

Entretanto, o que de fato ocorreu no período 2001-04 está representado pelo ponto B, isto é, com a redução de 4,2% ocorrida na desigualdade de renda, a diferença na taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres e a dos 20% mais ricos foi de 21 pontos percentuais, 13 pontos percentuais abaixo do previsto no gráfico. A razão para essa discrepância entre o que poderia ter acontecido e o que de fato ocorreu vem



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004.

Gráfico 9. Relação entre a diferença na taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos e reduções na desigualdade

³ As mudanças proporcionais na curva de Lorenz são aquelas que equivalem a uma transferência de renda dos que estão acima da média para aqueles que estão abaixo. Todos os que estão acima da média devem ser taxados proporcionalmente ao quão acima da média estão e todos os que estão abaixo da média devem receber um subsídio proporcional a quanto abaixo da média estão.

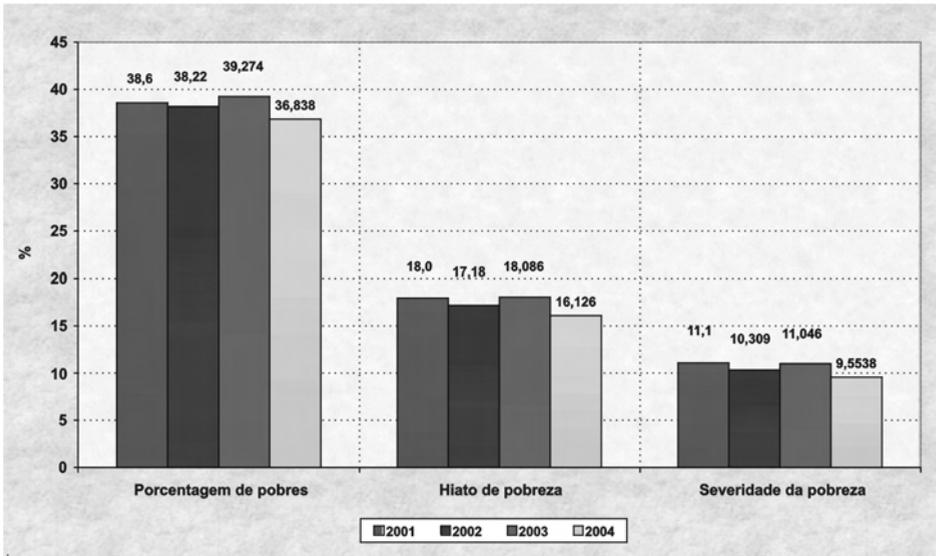
da maneira como a curva de Lorenz efetivamente se transformou. Se a mudança na curva tivesse sido proporcional, a queda de desigualdade poderia ter beneficiado ainda mais intensamente aos pobres. No entanto, a mudança ocorrida foi bem menos acentuada na cauda inferior da distribuição do que o previsto caso tivesse ocorrido uma transformação proporcional e, portanto, foi menos favorável aos pobres.

3.3. IMPACTO SOBRE OS NÍVEIS DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA

Os níveis de pobreza e de extrema pobreza caíram entre 2001 e 2004, conforme podemos observar nos Gráficos 10a-b. Tanto para a pobreza quanto para a extrema pobreza, os três indicadores utilizados (porcentagem de pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza⁴) mostram uma redução entre 1 e 2 pontos percentuais no período. Interessante observar em primeiro lugar que as reduções nos níveis de pobreza e extrema pobreza não foram contínuas no período, tendo ocorrido inclusive uma subida acentuada entre 2002 e 2003. Em segundo lugar, as reduções tanto na pobreza quanto na extrema pobreza medidas pela porcentagem de pobres foram muito semelhantes, com a queda na extrema pobreza sendo 0,3 ponto percentual maior. Entretanto, quando os indicadores observados são o hiato de pobreza e a severidade da pobreza, temos que a queda na pobreza foi mais acentuada do que na extrema pobreza, com uma diferença de 0,5 ponto percentual.

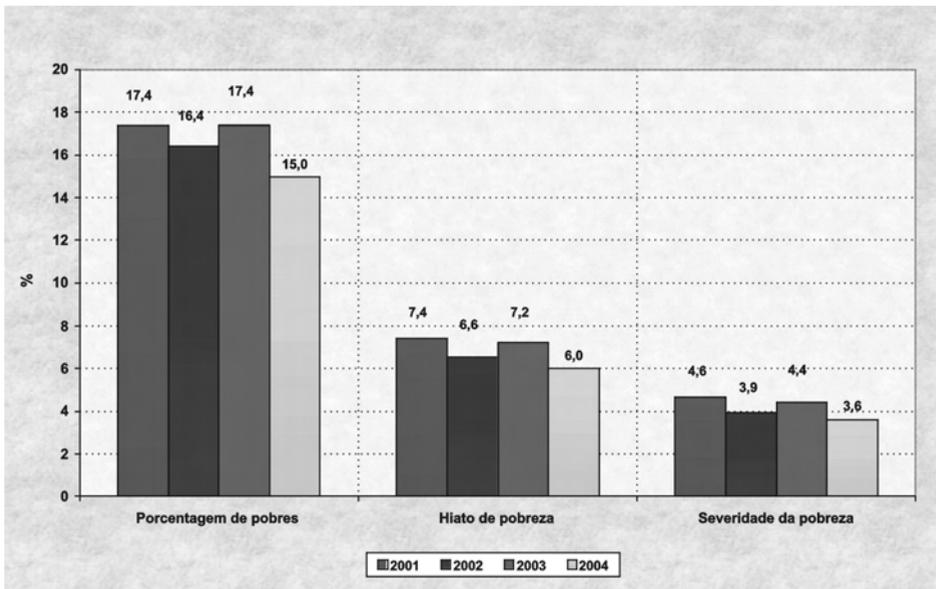
Como houve redução na renda per capita nesse período, toda a queda observada nos níveis de pobreza e extrema pobreza entre 2001 e 2004 deveu-se à queda na desigualdade de renda. Na realidade, o fato da renda per capita ter declinado fez com que o efeito da queda na desigualdade sobre a pobreza fosse inferior ao que poderia ter sido caso a renda per capita não tivesse se alterado. As estimativas apresentadas na Tabela 1 mostram qual teria sido a redução na pobreza e na extrema pobreza caso não tivesse

⁴ Para medir pobreza e extrema pobreza foram utilizadas linhas diferenciadas regionalmente que, em média, valem R\$ 154,00 e R\$ 77,00 por pessoa ao mês, respectivamente. São considerados pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior às linhas de pobreza e extrema pobreza respectivamente. Por hiato de pobreza entendemos a proporção de pobres multiplicada pela distância média dos pobres à linha de pobreza. Essa medida, portanto, leva em consideração não apenas a porcentagem de pobres, mas também a profundidade da pobreza. A severidade da pobreza é dada pelo produto da porcentagem de pobres pela distância quadrática média à linha de pobreza. Ela, portanto, não apenas considera o número de pobres e a profundidade da pobreza, como também dá maior peso para os mais pobres. Por exemplo, um pobre que tenha uma renda igual à metade da linha de pobreza, tem um peso quatro vezes menor que o de um pobre que não tem renda alguma.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2004

Gráfico 10a. Evolução temporal da pobreza entre 2001 e 2004



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2004

Gráfico 10b. Evolução temporal da extrema pobreza entre 2001 e 2004

ocorrido uma redução na renda per capita, ou seja, mostra a contribuição da queda na desigualdade de renda para a redução nos níveis de pobreza e de extrema pobreza. Os resultados indicam que caso a renda média não tivesse se alterado, as reduções nos níveis de pobreza e de extrema pobreza seriam de cerca de 2,6 pontos percentuais.

Uma outra forma de avaliar a magnitude da contribuição da queda na desigualdade para a redução nos níveis de pobreza e de extrema pobreza é verificar qual seria o crescimento econômico necessário para que ele sozinho, sem a ajuda da redução na desigualdade, gerasse quedas na pobreza e na extrema pobreza de 2,6 pontos percentuais. Note que as quedas na pobreza e na extrema pobreza de 2,6 pontos percentuais são de igual magnitude daquelas originadas pela redução que efetivamente ocorreu na desigualdade. As estimativas apresentadas na Tabela 1 mostram que, caso não tivesse ocorrido uma queda na desigualdade, o crescimento na renda per capita requerido para se alcançar uma queda de 2,6 pontos percentuais nos níveis de pobreza e de extrema pobreza é de 8 e 14%, respectivamente.

A análise do que ocorreu entre 2003 e 2004, quando houve crescimento econômico, pode ser muito útil para compreendermos melhor a importância da redução na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004. Como mostra a Tabela 2, a renda per capita cresceu 3% e a desigualdade de renda caiu 2%.

Tabela 1. Contribuição de reduções na desigualdade e de crescimento balanceado para a queda na pobreza e na extrema pobreza

Indicadores	Pobreza	Extrema pobreza
Redução na pobreza (em pontos percentuais) caso não tivesse ocorrido uma redução na renda per capita entre 2001 e 2004	2,61	2,58
Redução no índice de Gini (%)	3,95	3,95
Crescimento balanceado necessário para que a queda na pobreza fosse igual a gerada pela queda na desigualdade (%)	8,0	14,0
Crescimento equivalente a 1% de redução na desigualdade ¹	1,52	3,29

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Cerca de $\frac{3}{4}$ do aumento na renda dos 20% mais pobres resultou da queda no grau de desigualdade que, caso não tivesse ocorrido, teria gerado um crescimento de apenas 3% na renda desse grupo ao invés dos fabulosos 13%.

Tabela 2. Evolução recente da distribuição de renda no Brasil (2003-2004)

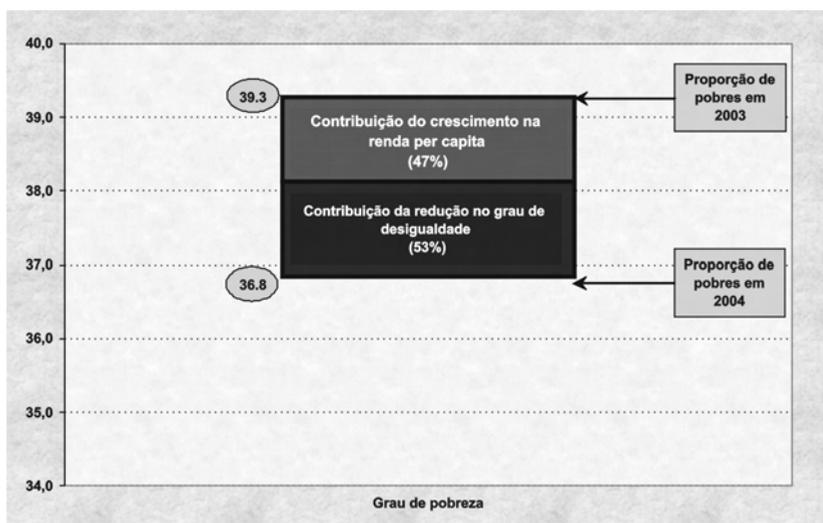
Indicadores	Variação
Observado	
Renda per capita	3,4%
Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	-2,1%
Porcentagem de pessoas extremamente pobres ¹	2,4
Renda dos 20% mais pobres	13%
O que teria acontecido na ausência do crescimento econômico	
Renda per capita	0%
Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	-2,1%
Porcentagem de pessoas extremamente pobres ¹	1,7
Renda dos 20% mais pobres	9,3%
O que teria acontecido na ausência de reduções no grau de desigualdade	
Renda per capita	3,4%
Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	0%
Porcentagem de pessoas extremamente pobres ¹	0,7
Renda dos 20% mais pobres	3,4%

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2004.

Nota: 1. Valores expressos em pontos percentuais.

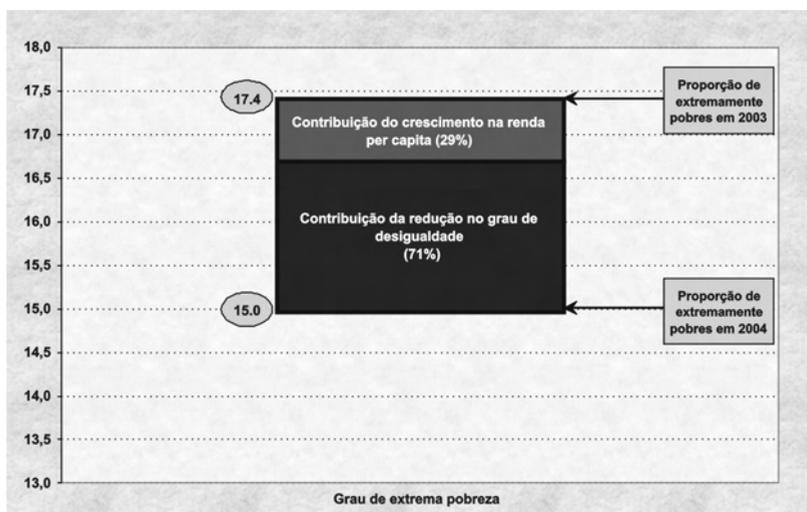
Quando decompomos a redução observada na pobreza e na extrema pobreza entre 2003 e 2004, podemos observar que mais de 70% da queda ocorrida na extrema pobreza e cerca de 55% da queda na pobreza podem

ser explicadas pela redução no grau de desigualdade de renda (veja Gráficos 11a-b).



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2004.

Gráfico 11a. Decompondo a redução no grau de pobreza entre 2003 e 2004

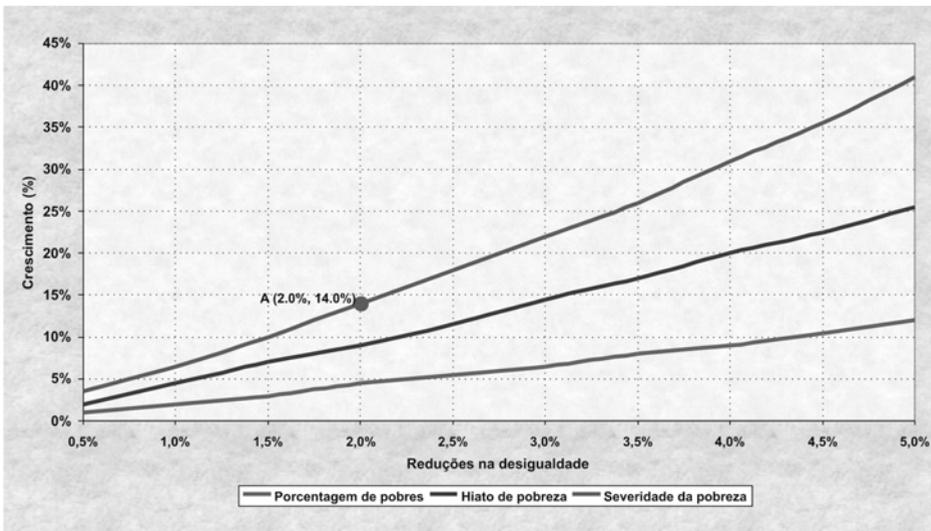


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2004.

Gráfico 11b. Decompondo a redução no grau de extrema pobreza entre 2003 e 2004

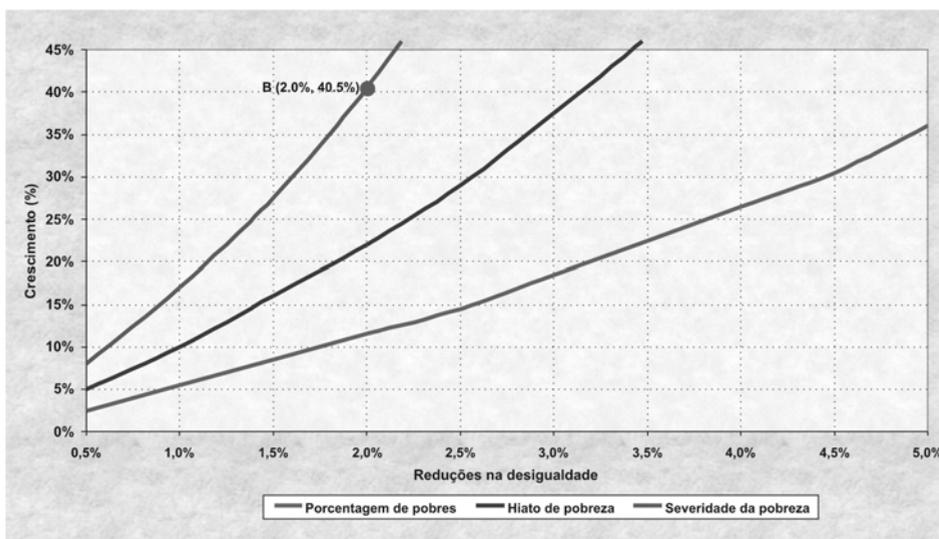
Em suma, o tão celebrado crescimento econômico de 2004 foi responsável por menos de 1/3 da queda observada na extrema pobreza e, portanto, para os pobres, a redução no grau de desigualdade foi três vezes mais importante do que o crescimento econômico observado em 2004.

Por fim, apresentamos nos Gráficos 12a-b a equivalência entre crescimento econômico e reduções de desigualdade para gerar a mesma redução na pobreza e na extrema pobreza. Novamente, as reduções no coeficiente de Gini pressupõem mudanças proporcionais na Curva de Lorenz. Assim, o ponto A no Gráfico 12a, por exemplo, mostra que podemos obter a mesma redução na pobreza via um crescimento da renda per capita de 15% ou via uma redução no grau de desigualdade de 2%. O Gráfico 12b mostra que para reduzir a extrema pobreza, o crescimento equivalente a essa mesma redução da desigualdade em 2% seria de 45%, portanto, duas vezes o necessário para reduzir a pobreza.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003e 2004.

Gráfico 12a. Equivalência entre o crescimento econômico e reduções na desigualdade para reduzir a pobreza



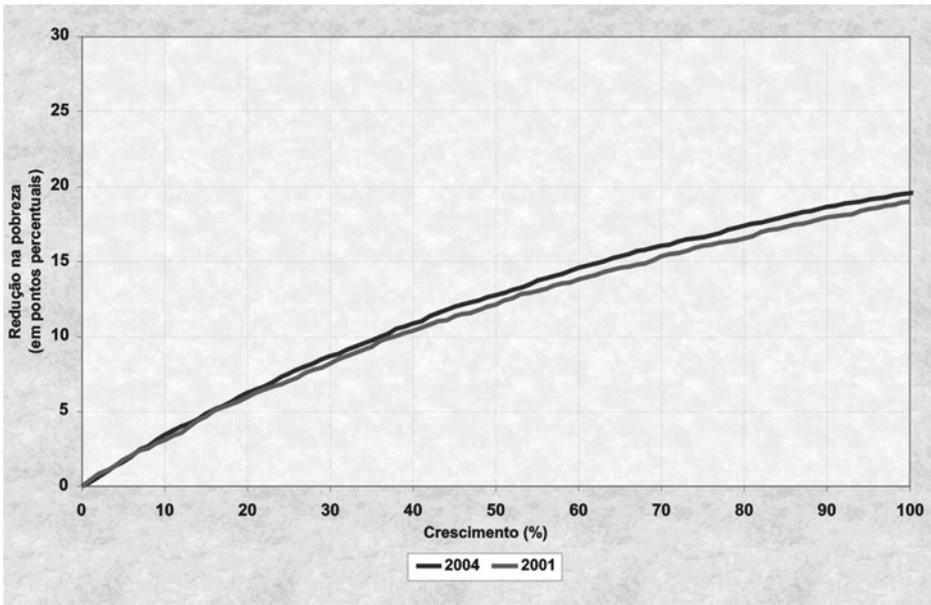
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003e 2004.

Gráfico 12b. Equivalência entre o crescimento econômico e reduções na desigualdade para reduzir a extrema pobreza

3.4. COMPLEMENTARIDADE ENTRE REDUÇÕES DE DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA REDUZIR A POBREZA

Até o momento vimos o quanto reduções no grau de desigualdade de renda funcionam como substitutos para o crescimento econômico em termos de combate à pobreza. No entanto, o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é maior quanto menor seja a desigualdade na distribuição de renda, ou seja, existe um certo grau de complementaridade entre reduções na desigualdade e crescimento econômico. Para compreender melhor tal complementaridade, comparamos o impacto do crescimento sobre a pobreza em 2004, momento de menor desigualdade, com o impacto sobre a pobreza em 2001. As estimativas encontram-se no Gráfico 13. Exceto para taxas de crescimento abaixo de 10%, temos que o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é maior em 2004 do que em 2001 (veja Gráfico 13), ou seja, o impacto do crescimento econômico é maior quando o grau de desigualdade na distribuição de renda é menor. Assim, níveis mais baixos de desigualdade aumentam a produtividade do crescimento econômico para reduzir a pobreza⁵.

⁵ Com relação à extrema pobreza, observamos o inverso, isto é, o impacto do crescimento econômico se mostra mais efetivo num cenário onde o grau de desigualdade é maior.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003e 2004.

Gráfico 13. Impacto do crescimento econômico sobre a pobreza - 2001 e 2004

4. IDENTIFICANDO OS DETERMINANTES MAIS PRÓXIMOS DA QUEDA NA DESIGUALDADE: ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLOGIA

4.1. ARCABOUÇO TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se uma estrutura analítica que permita relacionar a renda per capita das famílias aos seus cinco determinantes mais imediatos. Nosso ponto de partida são os fatores demográficos. A renda per capita de uma família depende dos recursos que os membros adultos conseguem gerar e também do número de membros dependentes. Famílias maiores, com muitas crianças, tendem a possuir renda per capita menor. Assim, temos que a renda per capita de uma família é determinada pela razão de dependência demográfica e a pela renda por adulto.

Esta última, por sua vez, depende de duas fontes: o trabalho e outras fontes não derivadas do trabalho (como as transferências públicas e privadas, além dos ativos). Quanto menos protegida pelo Estado ou por outras famílias e quanto menos ativos tiver, maior a probabilidade da família possuir renda per capita insuficiente.

A desagregação seguinte consiste em abrir o rendimento derivado do trabalho em dois fatores: acesso ao trabalho e a produtividade do trabalho por trabalhador. Ou seja, uma família pode ter insuficiência de renda do trabalho ou porque seus membros adultos não estão ocupados (evidentemente, neste caso, os membros adultos não dispõem de renda do trabalho) ou porque apesar de estarem ocupados sua produtividade é baixa e, conseqüentemente, os salários também o são.

Por fim, partimos para uma última desagregação. Abrimos a produtividade do trabalho por trabalhador em dois componentes: a qualificação da força de trabalho e a qualidade dos postos de trabalho. Quanto maior a qualificação de um membro da família, maior deverá ser sua remuneração do trabalho e, portanto, menor deverá ser a probabilidade da família ser pobre. No entanto, a remuneração dos trabalhadores não depende apenas de suas características pessoais, mas também da natureza do mercado de trabalho. Fatores como o uso de tecnologia, o acesso a crédito e à assistência técnica, a produtividade da terra, entre outros, são aspectos que definem a qualidade dos postos de trabalho e daí a remuneração dos trabalhadores.

4.2. METODOLOGIA

Neste estudo, obtemos e analisamos estimativas da contribuição de cada um dos determinantes imediatos da renda, apresentados na seção anterior, para explicar a redução na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004.

A contribuição de cada fator é dada por simulação. Entretanto, os determinantes da desigualdade não são investigados nem diretamente nem por separado. Ao contrário, o procedimento utilizado reconhece que a desigualdade é uma função da distribuição de renda. Assim, investiga-se primeiro o impacto de cada determinante sobre a distribuição de renda e a partir daí sobre o grau de desigualdade.

O método utilizado encontra-se descrito em Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006)⁶. Tipicamente, ele estabelece que, para se conhecer a contribuição de mudanças na distribuição de um dado fator para explicar, por exemplo, a recente redução na desigualdade, estima-se qual seria a

⁶ Barros, R., Carvalho, M., Franco, S. e Mendonça, R. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, junho 2006 (no prelo).

distribuição de renda e daí a desigualdade, caso apenas a distribuição desse fator não tivesse se alterado, enquanto que a de todos os demais fatores tivessem seguido seu curso verificado no período. Nesse caso, a diferença entre a desigualdade observada e a desigualdade simulada seria um indicador do impacto das mudanças na distribuição deste fator sobre a desigualdade.

5. ANÁLISE DOS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA RECENTE NA DESIGUALDADE

Entre 2001 e 2004, apesar da estagnação econômica, há uma queda acentuada no grau de desigualdade na distribuição da renda. Nessa seção, com base na metodologia desenvolvida anteriormente, apresentamos e analisamos estimativas da importância de mudanças na distribuição dos determinantes mais próximos da renda (identificados na seção 3) e suas associações para explicar a queda recente na desigualdade de renda per capita. Os resultados obtidos encontram-se nas Tabelas 3a-d e 4⁷.

Tabela 3a. Contribuição da porcentagem de adultos, da renda familiar por adulto e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da porcentagem de adultos
Situação em 2004	56,9	99	Distribuição da renda familiar por adulto

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

⁷ Nessas tabelas, diferentes medidas de desigualdade são utilizadas. A medida de desigualdade em renda per capita que aparece na Tabela 2 é o coeficiente de Gini. Para expressar a desigualdade dos fatores determinantes optou-se, em geral, pela razão entre a renda dos 20% superiores e dos 20% inferiores da distribuição. A única exceção foi a medida que expressa a desigualdade em renda não derivada do trabalho. Nesse caso, utilizou-se a razão entre os 10% superiores e os 60% inferiores da distribuição. Isto porque para esse fator é bastante comum observar ampla incidência de zeros nos primeiros décimos da distribuição.

Tabela 3b. Contribuição da renda do trabalho, da renda não derivada do trabalho e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004

(%)

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda não trabalho por adulto de 2004 fossem iguais as de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não derivada do trabalho
Situação em 2004	56,9	49	Distribuição da renda do trabalho por adulto

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Tabela 3c. Contribuição da taxa de ocupação, da renda do trabalho por trabalhador e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004

(%)

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda não trabalho por adulto de 2004 fossem iguais as de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não derivada do trabalho
Se as distribuições de renda do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2004 fossem iguais a de 2001	58,1	-1	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda do trabalho por trabalhador de 2004 fosse igual a de 2001	58,0	4	Distribuição porcentagem de ocupados
Situação em 2004	56,9	45	Distribuição da renda do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Tabela 3d. Contribuição da qualificação do trabalhador, qualidade do posto de trabalho e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda per capita entre 2001 e 2004.

Simulações	Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da percentagem de adultos de 2004 fossem iguais as de 2001	59,5	-5	Associação entre a percentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	59,3	7	Distribuição da percentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda não trabalho por adulto de 2004 fossem iguais as de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual a de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não derivada do trabalho
Se as distribuições de renda do trabalho por trabalhador e da percentagem de adultos ocupados de 2004 fossem iguais a de 2001	58,1	-1	Associação entre a percentagem de adultos ocupados e a renda do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda do trabalho por trabalhador de 2004 fosse igual a de 2001	58,0	4	Distribuição percentagem de ocupados
Se as distribuições da qualidade do posto de trabalho e a qualificação dos trabalhadores de 2004 fossem iguais as de 2001	57,8	6	Associação entre a qualidade do posto de trabalho e a qualificação dos trabalhadores
Se a distribuição da qualidade do posto de trabalho de 2004 fosse igual a de 2001	57,6	11	Distribuição da qualificação dos trabalhadores
Situação em 2004	56,9	28	Distribuição da qualidade dos postos de trabalho

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004

Tabela 4. Evolução da distribuição dos fatores determinantes da renda per capita entre 2001 e 2004

Fatores determinantes	Média	2001		Média	2004		Média	Variação 2004-2001	
		Desigualdade (Razão entre os 20% superior e os 20% inferiores)	Desigualdade (Razão entre os 10% superior e os 60% inferiores)		Desigualdade (Razão entre os 20% superior e os 20% inferiores)	Desigualdade (Razão entre os 10% superior e os 60% inferiores)		Desigualdade (Razão entre os 20% superior e os 20% inferiores)	Desigualdade (Razão entre os 10% superior e os 60% inferiores)
Renda per capita ¹	405	26,9	2,54	394	21,9	2,23	-2,64	-18,5	-12,5
Porcentagem de adultos (15 anos e mais)	71,2	2,48	0,30	72,9	2,42	0,29	2,35	-2,72	-3,01
Renda por adulto ¹	544	19,4	2,13	519	15,9	1,86	-4,78	-17,9	-12,8
Renda não derivada do trabalho por adulto	108	-	214	111	-	32,7	3,01	-	-84,7
Renda do trabalho por adulto	436	59,4	2,78	408	53,6	2,53	-6,91	-9,90	-9,02
Porcentagem de adultos ocupados	61,8	6,11	0,41	63,3	5,91	0,40	2,40	-3,18	-3,07
Renda do trabalho por trabalhador	732	21,0	2,10	665	18,9	1,92	-9,97	-9,85	-8,32
Qualificação do trabalhador ²	0,91	5,43	2,10	0,98	5,38	0,84	7,03	-1,03	-59,9
Qualidade do posto de trabalho ²	749	9,37	0,98	641	8,68	0,93	-16,8	-7,37	-5,76

Fontes: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001 e 2004.

1. Todos as rendas e a qualidade dos postos de trabalho estão expressos em Reais de 2004.
2. Em múltiplos da qualificação média dos trabalhadores em 2004.

5.1. A IMPORTÂNCIA DA DEMOGRAFIA

Já vimos que a renda familiar per capita pode ser escrita como o produto entre a porcentagem de adultos na família e a renda por adulto. Portanto, a redução na desigualdade de renda per capita é uma função de mudanças: a) na distribuição da porcentagem de adultos na família, b) na distribuição da renda por adulto, e c) na associação entre as duas distribuições.

As estimativas apresentadas na Tabela 3a mostram que a evolução na distribuição da porcentagem de adultos na família é responsável por apenas 7% da redução na desigualdade de renda per capita ocorrida entre 2001 e 2004. A baixa contribuição desse fator pode ser explicada pela ausência de mudanças significativas em sua distribuição durante o período. Como podemos observar na Tabela 4, a porcentagem de adultos na família aumentou pouco mais de 2% entre 2001 e 2004 e a desigualdade em sua distribuição caiu cerca de 3%.

A associação entre a distribuição da porcentagem de adultos na família e a renda por adulto não contribuiu em nada para explicar a queda na desigualdade de renda per capita. Em verdade, sua contribuição foi negativa (-5%).

Portanto, praticamente toda a queda na desigualdade de renda no período pode ser explicada por mudanças na distribuição da renda por adulto. De acordo com a Tabela 4, apesar da média desse fator ter caído 5% entre 2001 e 2004, a desigualdade em sua distribuição se reduziu 18%.

5.2. A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA RENDA DERIVADA DO TRABALHO E DA RENDA NÃO DERIVADA DO TRABALHO

Dada a importância da distribuição da renda por adulto, o próximo passo foi decompor sua contribuição. Sabemos que a renda por adulto pode ser escrita como a soma da renda derivada do trabalho por adulto e da renda não derivada do trabalho por adulto.

As estimativas apresentadas na Tabela 3b mostram que a mudança na distribuição da renda não derivada do trabalho por adulto é responsável por 35% da redução na desigualdade de renda per capita ocorrida entre 2001 e 2004. Como se pode observar na Tabela 4, a desigualdade na distribuição desse fator caiu 85%.

Com relação à mudança na distribuição da renda do trabalho por adulto, observamos que sua contribuição para explicar a redução recente na desigualdade de renda per capita é de 47%. A Tabela 3 revela que, apesar da renda do trabalho por adulto ter declinado cerca de 7% no período, a desigualdade em sua distribuição caiu 10%.

A associação entre as distribuições da renda não derivada do trabalho por adulto e da renda do trabalho por adulto também se mostrou importante para explicar a queda na desigualdade de renda ocorrida no período, tendo contribuído com 15%.

5.3. A IMPORTÂNCIA DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Vimos que, entre os determinantes imediatos da renda do trabalho por adulto, a distribuição da renda do trabalho é o fator mais relevante para explicar a queda na desigualdade de renda per capita ocorrida entre 2001 e 2004. Portanto, avançaremos em nossa seqüência de decomposições, abrindo a contribuição desse fator.

A renda do trabalho por adulto é o produto entre a taxa de ocupação dos membros adultos da família e a renda do trabalho por trabalhador. De acordo com as estimativas apresentadas na Tabela 3c, as mudanças na distribuição da taxa de ocupação não foram importantes para explicar a queda na desigualdade de renda per capita, tendo esse fator apresentado uma contribuição de apenas 5%. A baixa contribuição deve-se ao fato da distribuição da taxa de ocupação praticamente não ter se alterado entre 2001 e 2004, conforme indica a Tabela 4.

Com relação às transformações na distribuição da renda do trabalho por trabalhador, temos que sua contribuição para explicar a queda recente na desigualdade de renda per capita é de 46%. Apesar da redução de 10% na média da distribuição desse fator, o seu grau de desigualdade declinou também cerca de 10%.

A associação entre as distribuições da taxa de participação e da renda do trabalho por trabalhador não se mostrou importante para explicar a queda de desigualdade de renda ocorrida no período.

5.4. A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E DA QUALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO

O último passo consiste em decompor a contribuição do fator que acima mostrou ser o mais relevante: a renda do trabalho por trabalhador.

A renda do trabalho por trabalhador pode ser escrita como o produto entre a qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho. As estimativas apresentadas na Tabela 3d mostram que a mudança na distribuição da qualificação dos trabalhadores é responsável por 11% da redução desigualdade de renda per capita ocorrida no período. Como podemos observar na Tabela 4, a qualificação do trabalhador aumentou em cerca de 7% entre 2001 e 2004, mas a desigualdade na sua distribuição caiu ligeiramente, em cerca de 1%.

Já com relação à mudança na distribuição da qualidade dos postos de trabalho, observamos que sua contribuição para explicar a redução recente na desigualdade de renda per capita é de 28%. Apesar da qualidade média dos postos de trabalho ter declinado 17% no período, a desigualdade em sua distribuição também caiu em cerca de 7%.

A associação entre a distribuição da qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho também se mostrou relativamente importante para explicar a queda observada na desigualdade, contribuindo com 16%.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se inicialmente apresentar uma descrição da evolução na desigualdade de renda brasileira ao longo dos últimos 30 anos. As evidências encontradas são de que nos dias atuais a desigualdade é indubitavelmente a menor de todos os anos, exceto quando comparada ao final da década de 70 e início da de 80, quando as respectivas curvas de Lorenz se cruzam com a de 2004. Contudo, se utilizamos medidas de desigualdade não muito sensíveis à cauda inferior da distribuição, encontramos que a desigualdade em 2004 é a menor.

Essa baixa desigualdade de hoje tem origem a partir de 2001. Tomando como medida o coeficiente de Gini, a desigualdade desde 2001 até 2004 já caiu 4%. Embora seja uma queda significativa, vimos que não foi a maior nem a mais prolongada nos últimos 30 anos. Porém, vimos também que existem evidências de que a desigualdade continua caindo e o desafio é alcançar reduções ainda maiores por tempo mais prolongado.

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece muito alta. O 1% mais rico e os 50% mais pobres da população se apropriam essencialmente da mesma parcela da renda total. Para o país

se alinhar ao padrão internacional, seria necessário que o grau de desigualdade continuasse a declinar à velocidade observada ao longo do último triênio, por mais 25 anos.

A promoção da igualdade é um valor. Na medida em que esse valor é compartilhado por muitos brasileiros, justifica por si só que a agenda política e econômica do país esteja voltada para tornar sustentável essa queda de desigualdade. No entanto, conforme se apresentou, reduções na desigualdade são também instrumentos valiosos para combater a pobreza e principalmente a extrema pobreza. Essas últimas são reduzidas quando a renda dos mais pobres cresce. Em 2004, a renda per capita dos 20% mais pobres cresceu 13% e, conseqüentemente, a porcentagem de pessoas em extrema pobreza declinou 2,4 pontos percentuais, um feito histórico.

Mas que fatores fazem com que a renda dos mais pobres cresça? O primeiro deles é o crescimento econômico balanceado que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo são as reduções no grau de desigualdade, que elevam a renda dos pobres e reduzem a dos ricos. Em 2004, mais de $\frac{3}{4}$ do aumento na renda dos 20% mais pobres resultou de reduções no grau de desigualdade. Caso elas não tivessem ocorrido, a renda dos mais pobres teria crescido apenas 3% no lugar dos fabulosos 12%. O tão celebrado crescimento econômico de 2004 foi responsável por apenas $\frac{1}{4}$ da queda na extrema pobreza. Assim, para os pobres, três vezes mais importante que o crescimento econômico de 2004 foi a redução no grau de desigualdade.

Para que a pobreza continue a cair é indispensável que a renda dos pobres siga crescendo a taxas superiores a 10% ao ano. Como o crescimento econômico não será dessa magnitude, é imprescindível que o grau de desigualdade continue declinando de forma acentuada.

Mas o que fazer para o Brasil continuar reduzindo o grau de desigualdade de renda? Aprender sobre o que causou a queda recente entre 2001 e 2004 pode ser extremamente útil para desenhar intervenções futuras. Afinal, na medida em que existir margem para que os fatores determinantes da queda na desigualdade no passado continuem sendo modificados, eles poderão continuar gerando impacto. Além disso, esse tipo de análise revela fatores que estão estagnados e cuja transformação poderia estar sendo promovida em prol de reduções ainda maiores no grau de desigualdade de renda.

Os resultados encontrados neste estudo apontam para uma variedade de fatores. Mais de 1/3 do declínio na desigualdade resultou da evolução da renda não derivada do trabalho, apesar dessa representar menos de 1/4 da renda total. Mudanças na distribuição da renda do trabalho explicam menos da metade da queda observada na desigualdade, embora essa renda represente mais de 3/4 da renda total. Também importante para a queda no grau de desigualdade foi a redução na associação entre essas duas fontes de renda.

A parcela da queda na desigualdade que decorreu de mudanças na renda do trabalho definitivamente não resultou de mudanças no acesso ao trabalho. Ela resultou de mudanças na distribuição das remunerações associadas tanto a melhor distribuição das qualificações dos trabalhadores como a melhor distribuição da qualidade dos postos de trabalho. Também favoreceu a queda no grau de desigualdade, a redução na associação entre a qualificação dos trabalhadores e qualidade dos postos de trabalho. Vale ressaltar que a evolução da qualidade dos postos de trabalho é pelo menos duas vezes importante que as mudanças ocorridas na qualificação da força de trabalho para explicar a queda na desigualdade. Algumas evidências não tratadas neste estudo apontam a interiorização da atividade econômica, a redução da segmentação entre municípios de grande e pequeno porte e a melhora na agricultura como alguns dos principais fatores por trás desta tão relevante melhoria na distribuição da qualidade dos postos de trabalho.

Em suma, para direcionar nossos esforços na transformação daqueles fatores que foram os mais relevantes para explicar a queda recente na desigualdade de renda, teríamos que priorizar: a) medidas que melhorem a qualidade média dos postos de trabalho ocupados pelos mais pobres, que vão desde a promoção de maior integração entre diferentes setores produtivos, passando pela ampliação de micro-crédito e assistência técnica até o desenvolvimento de melhores técnicas produtivas; b) o fortalecimento da rede de proteção social, aumentando, sobretudo, sua cobertura nacional; e, c) políticas educativas visando aumentar ainda mais a escolaridade da força de trabalho. Vale ressaltar que, dentre os cinco fatores determinantes estudados, dois vêm recebendo massivos investimentos, mas ainda não começaram a afetar consideravelmente o grau de desigualdade de renda: a taxa de ocupação e a qualificação dos trabalhadores. É de se esperar que possamos coletar os frutos desses investimentos em breve e a desigualdade possa continuar caindo em velocidade ainda mais acelerada.

Resumo

Nos últimos anos, estamos assistindo a uma incrível transformação na distribuição de renda brasileira. Desde 2001, a desigualdade vem caindo consideravelmente. Apesar dessa boa notícia, o Brasil ainda é um dos campeões mundiais da alta desigualdade, o que faz da sustentabilidade dessa redução uma questão fundamental para a agenda futura do país. Embora a queda recente ainda não seja a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos, caso se mantenha pode vir a se tornar um fato sem precedentes. Conforme veremos, entre 2001 e 2004 a renda média dos mais pobres aumentou proporcionalmente, mais do que a dos demais grupos, o que nos revela a importância dessa redução na melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Os objetivos centrais do estudo são investigar: a) os determinantes imediatos dessa queda recente na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004, e b) suas conseqüências sobre a renda média dos mais pobres e o grau de pobreza do país. Com base numa série de simulações contrafactuais, identificamos e quantificamos a contribuição da demografia, da melhoria das redes de proteção social do país e mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. Neste último caso, isolamos a contribuição das transformações na disponibilidade e qualidade dos postos de trabalho daquelas relacionadas à melhoria na qualificação da força de trabalho. Atenção é dispensada também às mudanças ocorridas nas associações e interações entre esses fatores.

Abstract

In the last years, we've been facing an incredible transformation in the income distribution in Brazil. Since 2001, the rate of income inequality has considerably decreased. In spite of that good news, Brazil is still one of the world champions in high unequal income rates. This reduction is a fundamental issue for the future country's agenda. Although the recent decrease is not yet the biggest or the longest one in the last 30 years, in case it remains, it can become a remarkable fact. As we will see in the article, between 2001 and 2004 the average income of the poorest people has proportionally increased more than that of other groups. This reveals the importance of this reduction in the income inequality of the improvement of life conditions of the less favorable people. The main goals of this study are to investigate: a) the immediate determinant factors of this recent decrease in inequality occurred between 2001 and 2004; and b) its consequences over the average income of the poorest people and the poverty degree of the country.

Based on a series of counterfactual simulations, we identify and quantify the contributions of the demography, improvement of social welfare governmental programs in the country and changes in the labor market. In the latter, we separate the contribution of the transformations occurred in the availability and quality of job opportunities from those related to the improvement in the labor force qualification. We also remark the changes occurred in the associations and interactions among these factors.

Os Autores

RICARDO PAES DE BARROS é doutor em Economia pela Universidade de Chicago (USA) e coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea).

MIRELA DE CARVALHO é doutoranda em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e pesquisadora do Ipea.

SAMUEL FRANCO é mestrando em Estatística Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e pesquisador do Ipea.

ROSANE MENDONÇA é doutora em Economia pela UFRJ e professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

